

A GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Charlotte Galves
Unicamp

RESUMO: Este artigo traz evidências de que os falantes de português europeu e de português brasileiro não têm a mesma gramática, ou Língua-Interna.

OS PORTUGUESES e os brasileiros falam a mesma língua?

Esta pergunta está colocada pelo menos desde o século passado quando o Brasil ganhou a sua independência política, e começou a reivindicar a sua independência lingüística.

Será que existe para ela uma resposta que não seja essencialmente ideológica? Como medir objetivamente a diferença entre as línguas? Pela quantidade de enunciados diferentes? Pela intercompreensão mútua? O primeiro critério carece da definição de um limiar a partir do qual se possa caracterizar a diferença. O segundo apresenta uma tal variação entre indivíduos que não pode ser generalizável. Deve-se notar por outro lado, que a intercompreensão acontece muitas vezes em casos em que não há indagação sobre a identidade das línguas. É o caso entre o galego e o português europeu (doravante PE), separados politicamente há tanto tempo que a questão não se coloca mais. Será o português brasileiro (doravante PB) mais próximo do PE do que o galego é? Se a questão se coloca é que a separação política é relativamente próxima, e que se carrega ainda um pesado passado colonial.

O que os lingüistas têm a dizer sobre isso? A tese defendida aqui será que uma resposta lingüística passa pelo deslocamento de foco da *Língua-Externa* para a *Língua-Interna*, no espírito da distinção operada por Chomsky (1985). O ponto de chegada será a afirmação de que, do ponto de vista da Língua-I, ou seja da gramática, o PE e o PB são duas línguas diferentes.

Língua-E, Língua-I

Em seu livro *Knowledge of Language, its nature, origin and use*, Chomsky distingue Língua-Interna (Língua-I) e Língua-Externa (Língua-E). A língua-E pode ser definida como “a totalidade dos enunciados que podem ser produzidos numa comunidade de fala”¹. A língua-I ao contrário é um objeto mental, o saber que as pessoas têm da língua, que lhes permite não só falar e entender essa língua mas também

“atribuir um estatuto a cada evento físico relevante, digamos cada onda sonora. Algumas são sentenças dotadas de sentido, literal ou figurado... algumas são inteligíveis, tendo eventualmente um sentido definido mas são mal-formadas de alguma maneira... algumas são bem-formadas mas ininteligíveis, Algumas recebem uma interpretação fonética e mais nada; são identificadas como possíveis sentenças de uma língua mas não a minha. Algumas são puro barulho. Há muitas possibilidades. Cada língua-I atribuirá um estatuto a cada um desses casos e a outros de maneira diferente” (Chomsky, 1985, p. 26).

Desse ponto de vista, a gramática de uma língua é o estado de saber lingüístico dos falantes que têm essa língua como língua materna. Por sua vez, esse saber corresponde parametrização da faculdade de linguagem, ou Gramática Universal (GU). É dentro dessa visão da gramática que se coloca na Teoria da Gramática Gerativa a questão da diferença das línguas. Duas Línguas-I serão consideradas diferentes se contêm na sua parametrização pelo menos um parâmetro fixado diferentemente. Quando isso ocorre, não só as duas gramáticas produzem enunciados diferentes, mas também atribuem a enunciados superficialmente idênticos (por exemplo no arranjo dos constituintes) estruturas diferentes. O caso do PB e do PE é particularmente interessante para essa teoria porque, dada a sua recente separação histórica e cultural, ainda conservam em grande parte idênticos, o léxico, os paradigmas morfológicos e certos aspectos fonológicos. O que se propõe a seguir são evidências de que apesar disso, o estatuto atribuído aos enunciados pelos falantes brasileiros e os falantes portugueses é diferente, e que se pode portanto afirmar que existe, ao lado da gramática portuguesa, uma gramática, ou Língua-I, brasileira.

A Língua-I brasileira

Para caracterizar a Língua-I ou gramática brasileira, dispomos de três tipos de dados. Os primeiros são os enunciados produzidos numa comunidade e reconhecidos impossíveis, em absoluto ou com uma certa interpretação, na outra. São os argumentos decisivos para defender a diferença do ponto de vista da língua-E. Mas há também enunciados possíveis nas duas línguas, *porém com frequências diferentes*. Enfim, há o caso dos enunciados possíveis nas duas línguas, mas *com uma extensão diferente das restrições operando sobre eles*. O reconhecimento desse último grupo é mais difícil e pressupõe uma construção teórica mais abstrata que leve a procurar dados que uma atenção à superficialidade da língua não permite perceber. Há de fato uma gradação na perceptibilidade desses três tipos de fatos que vai do mais ao menos evidente. Mostrarei que eles são de fato intimamente ligados quando integrados a uma visão mais abstrata da língua, que toma como conceito central a noção de Língua-I. No seu conjunto, eles apontam para o fato de que o saber lingüístico desenvolvido lá e cá é diferente.

1. Os enunciados diferentes.

Esses enunciados estão no âmago da questão da norma. São aqueles que claramente desviam da norma, quando esta ainda intervém na diferença entre duas línguas, como é o caso do PE e do PB.

Do ponto de vista sintático, PE e PB se distinguem mais visivelmente pela sintaxe pronominal (cf. Galves 1987, 1997 entre outros). Mas eles apresentam além disso importantes diferenças quanto à projeção e à ordem dos constituintes na frase.

1.1. A sintaxe pronominal do PB

O que mais chama a atenção, por ser o mais impossível tanto em PE quanto em outras línguas românicas, é o uso dos pronomes tônicos *você* e *ele* na posição objeto sem nenhuma reduplicação clítica nem preposição. Compare-se os seguintes enunciados:

(1) vi ele ontem na rua (PB)

(2) vi-o a ele ontem na rua (PE)

Além de serem morfologicamente distintos, uma vez que o PE requer uma construção mais complexa envolvendo, além do pronome objeto, a preposição *a* e o clítico *o*, esses dois enunciados diferem radicalmente quanto à sua interpretação. Em (1), o referente do pronome é, na interpretação mais natural do enunciado, o tópico discursivo, ou seja a pessoa ou a coisa de quem se está falando. Essa interpretação não é disponível para o enunciado (2), onde ele recebe obrigatoriamente uma interpretação de foco contrastivo, que pode ser explicitado como em (3)²:

(3) vi-o a ele ontem na rua, mas não a ela

De fato, (1) tem exatamente a interpretação de (4):

(4) vi-o ontem na rua

Ou seja o pronome tônico objeto do PB é interpretado como um clítico do PE. Essa semelhança é reforçada pelo fato de que, como acontece em PE com os clíticos, mas não com os pronomes tônicos, o referente do pronome em (1) pode ser inanimado, remetendo por exemplo a um carro. Essa interpretação é totalmente impossível em (2), onde o referente de *ele* é forçosamente uma pessoa. Remeter ao tópico discursivo e poder ter um referente inanimado são duas propriedades que, segundo Cardinaletti e Starke (1994), caracterizam os pronomes fracos, por oposição aos pronomes fortes que recebem sempre uma interpretação de foco e só podem remeter a referentes humanos. O pronome tônico pode portanto funcionar como pronome fraco em PB, enquanto que em PE, e em outras línguas românicas como o francês, o espanhol e o italiano, se define exclusivamente como pronome forte³.

A outra diferença se encontra na sintaxe de colocação dos pronomes clíticos. O PB distingue-se em particular pela possibilidade do clítico em primeira posição absoluta na frase, o que é totalmente impossível tanto em PE quanto em estágios anteriores da língua que obedecem rigorosamente à chamada lei de Wackernagel que proíbe que um enunciado comece com um clítico. A frase (5), extraída do corpus do projeto NURC, e completamente impossível em PE, ilustra esse fato:

(5) Me chocou tremendamente

A próclise é, parafraseando P. Teyssier no seu *Manuel de portugais, Portugal-Brésil*, “la pente naturelle de la langue” no PB. Em relação a isso, com a exceção da questão da primeira posição, ele aproxima-se mais de fases anteriores da língua do que o PE, que generalizou a ênclise em certos contextos. No entanto, essa próclise tem características próprias que a distinguem também dessas fases anteriores. Observe-se os seguintes enunciados, também extraídos do corpus do projeto NURC:

(6) Agora não tinha **me** lembrado

(7) Essas indústrias novas que estão se implantando

A colocação do clítico nesses enunciados foge inteiramente à regra (e ao uso) do PE. Com efeito, a presença da negação e do subordinador força nessa língua a próclise *ao auxiliar*, como ilustrado a seguir:

(8) Agora não **me** tinha lembrado

(9) Essas indústrias novas que se estão implantando

Portanto, mesmo quando PE e PB concordam quanto à colocação proclítica, os enunciados exemplificados em (6)-(9) fazem aparecer que a próclise não se dá ao mesmo elemento na frase. Em (8) e (9), o pronome é proclítico ao auxiliar, enquanto que em (6) e (7) é proclítico ao verbo do qual ele é o complemento. Isso aponta para uma relação mais lexical, com o verbo fonte da interpretação - do que gramatical - com o verbo auxiliar portador dos morfemas de tempo e concordância.

Esses fatos mostram claramente que a sintaxe pronominal do PE e do PB diferem radicalmente. São diferenças que se encontram normalmente em línguas diferentes, seja da mesma família, seja de tipos de lingüísticos diferentes. Por exemplo, a existência de pronomes clíticos caracteriza as línguas românicas em geral, mas elas diferem entre si quanto à sintaxe de colocação. O uso do pronome tônico em posição objeto chega a diferenciar o PB das outras línguas românicas e a aproximá-lo de línguas que não têm sistema de clíticos, nem sistema morfológico casual nos pronomes, e usam a mesma forma no nominativo e no acusativo. É o caso de línguas como o chinês, classificada por Li e Thompson (apud Pontes 1981) como “língua orientada para o tópico”.

Veremos agora que em relação a outros aspectos sintáticos, o PB se comporta como uma “língua orientada para o tópico”, fato noticiado primeiro por E. Pontes.

1.2. A projeção dos constituintes e a distinção sujeito/tópico

Além das freqüentes construções de topicalização, sobre as quais voltaremos mais abaixo, nas quais o sujeito, ou outro constituinte da oração, aparece em primeira posição e é retomado por um pronome “lembrete”, como nas orações seguintes:

(10) Essa competência ela é de natureza mental (Pontes, 1981)

(11) A Clarinha ela cozinha que é uma maravilha (Duarte 1995)

o PB apresenta dois tipos de construções que não se encontram em PE, e atestam a saliência do tópico na gramática da língua. A primeira dessas construções é a relativização com pronome lembrete, ilustrada no enunciado seguinte, tirado de Tarallo (1993):

(12) Você acredita que um dia teve uma mulher que ela queria que a gente entrevistasse ela por telefone?

Contrariamente a muitas línguas em que a relativização só pode envolver um pronome quando o sintagma relativizado está longe demais da posição onde recebe a sua interpretação, o PB faz uso dessa construção em orações em que elemento relativizado e pronome estão muito próximos um do outro, como é o caso em (12), onde por outro lado, se vê de maneira interessante a profunda identidade entre topicalização e relativização no PB. Note-se também que o uso de *ele* objeto numa construção topicalizada faz aparecer claramente a propriedade de pronome fraco que mencionamos acima, uma vez que ele desempenha um papel de retomada anafórica do tópico.

A outra construção está exemplificada em (13) e (14) ⁴:

(13) A balança está consertando.

(14) O relógio quebrou o ponteiro.

Baseando-se na tipologia de Li e Thompson, Pontes (1981) afirma que a existência desse tipo de construções caracteriza o PB como uma

língua “orientada para o tópico”. Essa orientação para o tópico aparece claramente também em frases constituídas somente de um verbo, com o tópico claramente presente no contexto. Vejam-se dois exemplos retirados de textos autênticos, o primeiro uma publicidade, o segundo uma tira do Calvin:

(15) Carpete de madeira:

- não empena.

- não encera.

(16) Calvin: Onde está a minha cueca de dinossauros?

Mãe: está lavando!

Em (15), os dois verbos referem paralelamente ao tópico apesar deste corresponder ao sujeito⁵, do primeiro e ao objeto do segundo. Em (16), apesar do NP “cueca” ser o objeto de “lavar “ e não vir expresso nenhum agente, o verbo continua na voz ativa, dando a impressão de que esse NP recebe a função de sujeito na frase. De fato, podemos a partir desses exemplos construir mais duas frases do tipo de (13) e (14):

(17) Carpete de madeira não encera.

(18) A cueca de dinossauros do Calvin está lavando.

O estatuto de sujeito do sintagma nominal preverbal nessas orações é evidenciada pelo fato de que a concordância morfológica aparece no plural:

(18') As cuecas de dinossauros do Calvin estão lavando.

Nas outras línguas românicas, inclusive o PE, essas frases requerem uma marca flexional suplementar no verbo legitimando a ausência de projeção do sujeito lexical do verbo, e o conseqüente alçamento do objeto. No PE, por exemplo, encontraríamos respectivamente a voz média, expressa pelo clítico *se*, e a voz passiva, como ilustrado a seguir:

(19) Carpete de madeira não se encera.

(20) A cueca de dinossauros do Calvin está a ser lavada.

A propriedade de não requerer marcas morfológicas quando há modificação na projeção sintática das propriedades lexicais dos verbos caracteriza as línguas de tópico. A presença dessa propriedade no PB evidencia portanto uma diferença entre PE e PB que chega a ser tipológica.

2. As diferenças de frequência

Superficialmente, PE e PB compartilham muitas propriedades gramaticais. Ambos, por exemplo, admitem tanto sujeito nulo quanto objeto nulo específico, como ilustrado nas frases (21) e (22), onde *cv* significa categoria vazia:

(21) *cv* iremos todos ao cinema amanhã

(22) A Joana viu *cv* na televisão ontem

Isso distingue ambos de línguas como o francês que não aceita categorias vazias pronominais nem em posição sujeito nem em posição objeto, ou como italiano, que tem sujeito nulo mas não o tipo de objeto nulo encontrado em (22) onde a interpretação é exatamente a de um pronome lexical, como em (23):

(23) A Joana viu-a/ela na televisão ontem

No entanto, os estudos variacionistas mostram que o PB tem uma forte tendência em usar o pronome lexical quando o PE usa sujeito nulo (ver Duarte 1995 entre outros). Ou seja, (21), apesar de possível em PB, é menos frequente do que (24):

(24) Nós iremos todos ao cinema amanhã

Inversamente, o objeto nulo é muito mais frequente no PB do que no PE. Duarte (1989) mostra que é o recurso mais usado na fala para a retomada anafórica em posição objeto, em todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade que ela considerou.

Um outro lugar em que PB e PE diferem quantitativamente é no

uso dos clíticos. O mesmo paradigma morfológico é usado nas duas variantes, mas um olhar mais atento mostra que a distribuição dos elementos desse paradigma difere substancialmente nos dois dialetos. Num estudo comparativo do uso dos clíticos no corpus do projeto NURC (Brasil) e no corpus do Português Fundamental (Portugal), bastante semelhantes nas suas condições de produção, Abaurre e Galves (1996) verificam que a proporção de clíticos de 3ª pessoa (*o/a* e *lhe*) é muito menor no corpus brasileiro do que no corpus português. Esse resultado corrobora o estudo de Duarte (1989) sobre os recursos anafóricos para a posição objeto, que mostra que o recurso mais usado é o objeto nulo, seguido de longe pelo pronome tônico e o clítico.

A interpretação das diferenças quantitativas é complexa e sutil. A menor frequência de uma dada construção pode de fato ser atribuída a dois fatores distintos. O primeiro é o estatuto na língua dessa construção. O caso dos clíticos de terceira pessoa, por exemplo, é representativo de um tipo de construção que tem tendência em desaparecer da língua. Podemos dizer que estamos frente ao reflexo de uma mudança, que atinge o sistema dos clíticos, e que a terceira pessoa clítica está em via de desaparecimento porque ela já é um arcaísmo, um fóssil na língua.

Já no caso do sujeito nulo, não é claro que se deva afirmar que ele é um fóssil da língua, uma vez que ele é bastante produtivo em certos contextos, onde não se encontra no PE. É o caso, por exemplo, das orações genéricas como a seguinte frase tirada do corpus do projeto NURC:

(25) Não usa mais freio

O que diferencia profundamente então o sujeito nulo em PB e PE é a sua interpretação. A frase (25) é possível nos dois dialetos, mas só em PB a interpretação genérica/indeterminada é possível. Em PE, tal interpretação requer o pronome clítico *-se*, e na sua ausência, a frase é interpretada como se referindo a uma pessoa específica/determinada.

A menor frequência do sujeito nulo no PB pode então ser atribuída a uma definição mais restritiva dos contextos estruturais em que sua interpretação referencial específica é possível⁶. Figueiredo Silva argumenta que esses contextos são aqueles que proporcionam um antecedente local ao clítico:

(26) O João_i disse que cv_i viria

(27) O João_p, eu sei que cv_i virá

Nos outros contextos, o pronome lexical é necessário para obter essa interpretação. Isso nos traz ao terceiro ponto: a questão dos enunciados possíveis nas duas línguas, mas com uma extensão diferente das restrições operando sobre eles.

3. A extensão das restrições

Já foi mencionado que o objeto nulo com interpretação pronominal é uma propriedade sintática compartilhada por PE e PB. Contudo, aparecem no primeiro restrições sobre as construções de objeto nulo que não existem no segundo. Raposo (1986) afirma que as seguintes frases são agramaticais:

(28) (falando dos pastéis) *O rapaz que trouxe cv da pastelaria era o teu afilhado

(29) (falando do objeto desaparecido) *Eu informei a polícia da possibilidade do Manuel ter guardado cv na sala de jantar

(30) (falando do tesouro) *O pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado cv cuidadosamente

Essas frases têm em comum o fato de conterem uma oração encaixada da qual não se pode extrair um elemento relativo ou interrogativo, como ilustrado a seguir:

(31) *O que_i o rapaz que trouxe cv_i da pastelaria era o teu afilhado?

(32) *O que_i ele informou a polícia da possibilidade do Manuel ter guardado cv_i na sala de jantar?

(33) *O que_i o pirata partiu para as Caraíbas depois de ter guardado cv_i cuidadosamente?

A má-formação de (28)-(30), paralelamente à de (31)-(33), é um dos argumentos que Raposo apresenta para caracterizar o objeto nulo em PE como um elemento não pronominal, assimilável a um vestígio

de movimento. Ora em PB, as frases (28)-(30) são perfeitamente aceitáveis, contrariamente às frases (31)-(33). Isso mostra que as categorias vazias são de natureza diferente nas duas línguas. Uma são sensíveis às restrições sobre o movimento, as outras não são. Em vários artigos (entre outros Galves 1997), argumento que isso evidencia a natureza verdadeiramente pronominal do objeto nulo no PB.

Um outro caso em que duas construções aparentemente idênticas não se comportam da mesma maneira em certos contextos nos dois dialetos é o das construções topicalizadas contendo um pronome lembrete lexical. Já foi observado que essas construções são freqüentes no PB. Elas são possíveis também no PE, onde porém sofrem certas restrições. Uma delas é que não podem ser encaixadas. Veja-se o seguinte contraste apresentado por Duarte (1987):

(34) Ao teu amigo, sabes se já lhe pagaram os direitos de autor?

(35) Sabes se, ao teu amigo, já lhe pagaram os direitos de autor?

(36) O João imagina que o amigo dividiu com ele os direitos de autor!

(37) *Imagina que, o João, o amigo dividiu com ele os direitos de autor!

Os exemplos (34) e (35) mostram que um tópico retomado por um clítico pode dominar a sentença inteira ou somente a oração subordinada. Ao contrário, quando o pronome não é clítico, como em (36)-(37), somente a posição inicial absoluta é adequada para o tópico. Esse fato já foi mostrado também por Cinque (1983) para o italiano. O fato é que no PB, a frase (37) é perfeita. Os dois exemplos seguintes citados respectivamente por Duarte (1995) e Kato (1993) ilustram esse ponto com o pronome em posição sujeito e objeto:

(38) Eu acho que o povo brasileiro ele tem uma grave doença

(39) Pedro pensa que, essas crianças, a Maria esqueceu de pegar elas na escola

Verificamos portanto que o pronome tônico no PB tem o mesmo comportamento do que o clítico no PE. Por um lado, ele pode aparecer em posição objeto e ser interpretado como um clítico, por outro lado ele pode remeter a um tópico encaixado numa oração subordinada.

O que esse conjunto de fatos evidencia é que objetos aparentemente idênticos não recebem o mesmo estatuto nas duas línguas. O pronome *ele* é tratado como um pronome forte em PE e um pronome fraco em PB. O objeto nulo se assemelha a um pronome no PB mas não no PE. O sujeito nulo depende do contexto para receber interpretação específica no PB, enquanto que esta parece inerente a ele no PE. A restrições contextuais refletem esse estatuto diferente.

É preciso ressaltar de novo que existe uma relação entre a questão da freqüência e a questão das restrições. Ou seja, uma das razões pela qual uma determinada construção é menos freqüente numa língua do que na outra é que há mais restrições sintáticas atuando sobre ela. Nesse sentido, a freqüência também reflete o estatuto diferente associado a certos elementos na oração. O caso do sujeito e do objeto nulo é particularmente interessante quando se comparam as duas línguas, porque verificamos comportamentos inversos. Em PE, é o objeto nulo que sofre limitações, quando é praticamente irrestrito em PB. Neste, ao contrário, o sujeito nulo é limitado a certas construções e a certas interpretações, que não ocorrem no PE. Esta correlação aparece diacronicamente no estudo de Tarallo (1993) que apresenta a seguinte tabela da evolução da retenção pronominal (ou seja o uso do pronome lexical por oposição à categoria vazia) entre 1725 e 1981, onde se vê que a proporção de sujeitos nulos e objetos nulos está exatamente invertida nos dois extremos:

<i>Tempo</i>	1725	1775	1825	1880	1981
<i>sujeito</i>	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%
<i>objeto</i>	89,2%	96,2%	83,7%	60,2%	18,2%

Retenção pronominal na posição sujeito e objeto na história do PB

Mas como já foi observado, a menor freqüência de uma construção pode ser devida ao fato de ser tal construção não mais ser um produto da gramática do falante (sua língua-I), mas um vestígio de estágios anteriores da língua. É o caso dos clíticos de terceira pessoa, que os seguintes fatos, além da sua raridade nos corpora, evidenciam como um fóssil:

- são totalmente ausentes da fala de crianças em idade pré-escolar (Duarte 1989), o que aponta para sua aprendizagem tardia.

- na língua dos adultos escolarizados, aparecem nitidamente como uma escolha estilística. No corpus do projeto NURC usado por Abaurre e Galves, que totaliza quinze entrevistas, uma só locutora é responsável por metade das ocorrências.

- é fortemente favorecido pela forma infinitiva do verbo, que também condiciona a posição rara do clítico, a ênclise. No PE, todos os clíticos apresentam a mesma distribuição.

- em próclise, obedece a uma regra de colocação distinta da dos outros clíticos (ele tem que se adjungir ao auxiliar, quando os outros se adjungem ao verbo temático, cf. acima).

- os grupos clíticos formados de um clítico dativo e um clítico acusativo de terceira pessoa *mo, to, lho, no-lo, vo-lo*, são totalmente ausentes da fala dos locutores do PB.

O PE e o PB são duas línguas (-I) diferentes

Todos os fatos arrolados acima constituem evidências de que o PB e o PE correspondem a duas línguas-I diferentes. Com efeito o que vemos se configurar a partir deles são duas coerências distintas que não podem ser produzidas pelo mesmo conhecimento lingüístico .

Recapitulando:

1. A gramática brasileira substitui o clítico acusativo de terceira pessoa pelo pronome tônico, e por uma categoria vazia de natureza pronominal (cf. 1; 28-30)

2. A gramática brasileira limita a posição dos clíticos à adjacência do verbo temático (cf.6-7)

3. A gramática brasileira produz um sujeito nulo de interpretação indeterminada, que requer certos contextos para receber uma interpretação referencial específica, contrariamente ao PE ou a outras línguas românicas de sujeito nulo (cf. 24-25).

4. A gramática brasileira produz estruturas em que um objeto assume função de sujeito sem que nenhuma marca morfológica seja necessária para legitimar essa mudança (cf. 13-18)

Como já foi mencionado, todas essas propriedades aproximam tipologicamente o PB de línguas como o Chinês que não tem clíticos, tem restrições contextuais sobre o sujeito nulo específico semelhantes às do PB, tem objeto nulo específico, usa em posição objeto os mesmos pronomes tônicos do que em posição sujeito, e tem construções de tópico do tipo de (13) e (14) (cf. Pontes 1981, e Huang 1984 entre outros).

Em vários trabalhos, (Galves 1991, 1993, 1997) relacionei esse conjunto de propriedades com o enfraquecimento do paradigma flexional devido a ausência da segunda pessoa do singular. O PB, com efeito, generalizou o uso da terceira pessoa como forma de tratamento, mesmo nos dialetos que usam o pronome *tu*⁷. Ao sistema de três pessoas se substitui assim um sistema binário (1^a/3^a) que pode ser caracterizado simplesmente pela oposição pessoa/não pessoa. O PB, quando comparado com o PE, se caracteriza portanto como uma língua de morfologia de concordância pobre. Isso explica o empobrecimento também do paradigma de pronomes clíticos que se assemelham à concordância verbal, e a substituição das formas obsoletas por pronomes tônicos e um objeto nulo pronominal.

A reinterpretação das categorias vazias é um fenômeno mais difícil de analisar, mas é interessante observar que não é de admirar que o PB, caracterizado como língua de morfologia pobre, se assemelhe, na maneira como identifica seu sujeito nulo, mais ao chinês, que não tem morfologia de concordância nenhuma, do que ao italiano, língua de concordância rica. Na ausência da concordância capaz de identificar o sujeito nulo, necessita-se um antecedente nominal capaz de desempenhar esse papel. Essa relação porém depende de um contexto sintático adequado, o que explica as restrições.

Enfim, apesar de não ter condições, no limites deste artigo, de dar conta das frases do tipo de (13) e (14)⁸, queria para concluir, citar Inês sentido para um locutor de PE se o relógio é personalizado, e quebra intencionalmente o seu ponteiro. Isso mostra que na ausência de morfologia suplementar, os falantes de PE atribuem aos sintagmas da oração a interpretação que lhes é conferida pelas relações definidas no léxico. No caso, o verbo *quebrar* é interpretado transitivamente, e o seu sujeito é agente. Essa interpretação é evidentemente pouco plausível pragmaticamente, mas é a única que é compatível com a gramática do PE. Já os falantes do PB podem associar a essa frase mais uma

estrutura, onde o sintagma pré-verbal é interpretado como o todo do qual o sintagma pós-verbal é parte. A disponibilidade dessa interpretação reflete uma gramática diferente, em que a modificação das relações semânticas não depende de uma morfologia visível. Podemos assumir que isso se relaciona com a pobreza da morfologia flexional já mencionada acima, que está na origem de um funcionamento gramatical diferente.

Mas o ponto crucial é que esse caso ilustra claramente a afirmação de Chomsky citada acima de que cada língua-I atribui um estatuto diferente ao mesmo enunciado. As palavras são as mesmas, e o arranjo sintático é superficialmente o mesmo. Apesar disso, as interpretações disponíveis não são as mesmas. Em função da sua gramática, e independentemente de considerações pragmáticas, os falantes atribuem relações diferentes aos componentes da oração.

Conclusão

Mostrou-se que se “Língua” for definido como “Língua-I”, o PE e o PB são duas línguas diferentes. Deslocar o enfoque dos enunciados para o sistema que os produz e lhes atribui uma estrutura permite fazer aparecer a diferença mesmo quando esses enunciados são superficialmente idênticos.

Afirmou-se também que a origem da divergência podia estar na perda da segunda pessoa no paradigma flexional. Sabe-se que existe uma relação muito forte entre os sistemas flexionais, e os sistemas sintáticos. A modificação das formas de tratamento que consistiu em adotar *você* no lugar de *tu* pode portanto ter desempenhado um papel crucial nessa mudança sintática, ao modificar o paradigma da concordância verbal que passou de um sistema (rico) de oposições ternárias para um sistema (pobre) de oposições binárias.

Essa reflexão sobre a língua-I leva-nos enfim assim a insistir sobre a coerência do funcionamento lingüístico, e sobre a inutilidade de querer operar modificações pontuais sobre a competência dos falantes. A longo prazo, essa se imporá ineluctavelmente. Na espera dessa solução final, é bom que os lingüistas caracterizem essa coerência, e a afirmem, de maneira que os falantes vejam a sua língua(-I) valorizada.

Essa é a obra de gramaticalização que se pode realizar à luz da teoria lingüística moderna.

Notas

* Esse texto é a versão substancialmente revisada da comunicação apresentada na Mesa redonda “Politiques Linguistiques”, no Colóquio “Cultures Langues et Patrimoine” organizado pela UNESCO, nos dias 6 e 7 de março de 1995.

A pesquisa que o originou foi parcialmente financiada pelo CNPq, processo 301086/85.

¹ Essa é a definição, citada por Chomsky, que Bloomfield dá de uma língua.

² Essa diferença entre a interpretação de (1) e (2) tem um correlato prosódico. Em (2), deve haver uma fronteira intonacional depois de *ele*, que na escrita poderia ser representada por uma vírgula. Isso se deve ao fato de que o sintagma *na feira* pode ser foco em (1) mas não em (2).

³ Cf. Galves (1997) para outras evidências de que o pronome *ele* pode funcionar em PB como pronome fraco.

⁴ A descrição que segue está baseada em Galves (1998).

⁵ Por sujeito, entende-se aqui sujeito *lexical*, que também pode ser definido como *argumento externo* do verbo, por oposição ao *argumento interno*, que corresponde ao objeto.

⁶ Estamos longe, a meu ver, de uma boa compreensão e análise da distribuição do sujeito nulo específico no PB. Os dados são de interpretação difícil. Duas teses recentes trazem alguma luz: Duarte (1995) e Figueiredo Silva (1996). Esta última argumenta que os sujeitos nulos não são pronominais no PB.

⁷ Existem rumores a respeito de dialetos brasileiros que usariam efetivamente a segunda pessoa verbal com o pronome *tu*. Mas não conheço nenhum estudo descrevendo esse fenômeno de maneira precisa.

⁸ cf. Galves (1998) para uma análise específica dessas construções no quadro do Programa Minimalista (Chomsky 1995).

BIBLIOGRAFIA

- ABAURRE, M.B. e C.GALVES (1996) “Os clíticos no português brasileiro: elementos para uma abordagem sintatico-fonológica”, in A. Castilho e M. Basílio (eds.) *Gramática do português falado, vol.IV*, Ed. da Unicamp. pp 273-319.
- CARDINALETTI, A. e M. STARKE (1994) “The typology of structural deficiency: on the three gramamtical classes” *Working Papers in Linguistics 4-2*, pp 41-109, University of Venice.
- CHOMSKY, N. (1985) *Knowledge of Language*, New York, Praeger.
- CHOMSKY, N. (1995) *The minimalist program*, Cambridge, The MIT Press.
- CINQUE, G. (1983) “Topic constructions in some european languages and “connectedness”, in K. Ehlich e H. van Riemsdijk (orgs) *Connectedness in sentence, discourse and text, Tilburg Studies in Language and Literature, 4*.
- DUARTE, I. (1987) *A construção de topicalização na gramática do português : regência, ligação e condições sobre o movimento*, tese inédita, Universidade de Lisboa.
- DUARTE, M.E. (1989) ‘Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil’, in F. Tarallo (org.) *Fotografias socio-lingüísticas*, Campinas: Pontes.)
- DUARTE, M.E.(1995) *A perda do princípio “Evite pronome” no português brasileiro*, tese inédita, UNICAMP.
- FIGUEIREDO SILVA, M.C. (1996) *A posição sujeito no português brasileiro, frases finitas e infinitivas*, Campinas: Ed. da UNICAMP.
- GALVES, C. (1987) “A sintaxe do Português Brasileiro”, *Ensaio de Lingüística*, 13, Belo Horizonte, 31-50.
- GALVES, C. (1993) “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro” in I. Roberts e M.Kato (orgs.) *Viagem diacrônica pelas fases do português brasileiro*, Campinas: Ed. da UNICAMP.
- GALVES, C. (1997) “La syntaxe pronominale du Portugais Brésilien et la typologie des pronoms”, in A. Zribi-Hertz (org.) *Les pronoms*, St Denis: Presses Universitaires de Vincennes, pp. 11-34.
- GALVES, C. (1998) “Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro”, *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 34, pp.7-21 (no prelo).
- HUANG, J. (1984) “On the distribution and reference of empty categories. *Linguistic Inquiry*, 15.
- KATO, M. (1993) “Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica”, in I. Roberts e M.Kato (orgs.) *Viagem*

- diacrônica pelas fases do português brasileiro*, Campinas: Ed. da UNICAMP.
- PONTES, E. (1981) "Da importância do tópico no português do Brasil", *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*; Rio de Janeiro.
- RAPOSO, E (1986) "On the null object in European Portuguese" in O. Jaeggli e C. Silva-Corvalan (orgs), *Studies in Romance Linguistics*, Dordrecht: Foris.
- TARALLO, F. (1993) "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do séc.XIX.", in I. Roberts e M.Kato (orgs.) *Viagem diacrônica pelas fases do português brasileiro*, Campinas: Ed. da UNICAMP.
- TEYSSIER, P.(1976) *Grammaire portugaise, Portugal-Brésil*, Paris: Klincksieck.